



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS



**Processo nº:** 289/14 (e) – 3 volumes e 11 anexos

**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Saúde - SES

**Assunto:** Licitação

**Órgão Técnico:** Secretaria de Acompanhamento - SEACOMP

**Advogados:** Dr. Sérgio dos Santos Moraes (OAB/DF nº 24.454), Dr<sup>a</sup>. Tatiana Mendonça de Carvalho (OAB/DF nº 41.643 e Dr. Victor Dutra Harger (OAB/DF nº 12.566/E)

**Publicação:** Pauta dispensada (Res. nº 161/03, art. 1º, inciso VI)

**Ementa:** Pregão Eletrônico nº 10/14, elaborado pela Secretaria de Estado de Saúde, visando à formação de Ata de Registro de Preços para eventual aquisição de Órteses, Próteses e Material Especial – OPME para procedimentos vídeoartroscópicos não contemplados na Tabela do Sistema Único de Saúde – SUS de OPME do Ministério da Saúde, a fim de atender as necessidades da SES/DF. Determinação à jurisdicionada (Despacho Singular nº 1/14-GCPM, ratificado pela Decisão nº 69/14-CPM). Representação com pedido de medida cautelar. Deferimento da cautelar postulada e determinações à jurisdicionada (Decisão nº 1.393/14-CPM). Remessa de informações. Representação oferecida pela empresa Trauma Surgical Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. Atendimento da diligência, conhecimento da inabilitação da empresa Veton Eletromedicina Eireli – EPP para a licitação em questão, improcedência da Representação oferecida pela empresa Trauma Surgical e determinação para continuidade do certame (Decisão nº 2.826/14-CPM). Representação impetrada pela empresa Veton Eletromedicina. Conhecimento da Representação, determinação para suspensão cautelar do certame e solicitação de esclarecimentos (Decisão nº 4.462/14-CRR). Apresentação de documentação pela jurisdicionada. Conhecimento da documentação apresentada, procedência da Representação oferecida pela empresa Veton e determinações à jurisdicionada e à pregoeira (Decisão nº 4.843/14-CPM). Embargos de Declaração oferecidos pela empresa Medicato Produtos para Saúde. Ausência de obscuridade, dúvida, contradição ou omissão no pronunciamento do Tribunal. VOTO pelo não conhecimento do apelo.



## RELATÓRIO

Cuidaram os autos, inicialmente, da análise do edital do Pregão Eletrônico nº 10/14, promovido pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, visando à formação de Ata de Registro de Preços para eventual aquisição de Órteses, Próteses e Material Especial – OPME para procedimentos vídeo artroscópicos não contemplados na Tabela do Sistema Único de Saúde – SUS de OPME do Ministério da Saúde, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF (fl. 209-v do Anexo I).

2. O procedimento fora realizado em 30.1.2014, conforme ata de realização de Pregão Eletrônico (fls. 131/307), e o critério estabelecido para julgamento foi o de menor preço por item e lote.

3. A proposta da empresa Veton Eletromedicina Eireli – EPP restou vencedora para sete dos oito lotes licitados, e também para o item nº 33. O Lote nº 03 foi cancelado e os itens 31 e 32 foram vencidos por outra empresa licitante. Cabe destacar que os itens nºs 31, 32 e 33 retromencionados não fizeram parte dos oito lotes licitados, sendo objeto de cotações à parte.

4. Após a divulgação do resultado, a Comissão de Licitação, acolhendo recurso da empresa Medicato Produtos para a Saúde Ltda., inabilitou a proposta da empresa Veton Eletromedicina Eireli – EPP, em razão de dúvidas quanto à sua capacidade de fornecer os bens licitados, bem como por ter sido apresentada Autorização de Funcionamento – AFE/ANVISA desatualizada.

5. Prosseguindo na licitação, a Secretaria de Estado de Saúde declarou a empresa Medicato Produtos para a Saúde Ltda. vencedora dos itens lotes 2, 4, 5 e 6 e item 33.

6. Irresignada, a empresa Veton Eletromedicina Eireli – EPP ingressou nesta Corte com Representação, **com pedido de medida cautelar**, contra os atos praticados pela Comissão de Licitação da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (fls. 318/340).

7. Na Sessão de 9.9.2014, o Tribunal tomou conhecimento da Representação ofertada, determinou a suspensão, **ad cautelam**, do certame e solicitou esclarecimentos à Secretaria de Estado de Saúde, bem como facultou a empresa Medicato Produtos para Saúde a possibilidade de oferecer alegações (Decisão nº 4.462/14-CRR, fl. 393).



8. Na sequência (Sessão de 30.9.2014), o Tribunal, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 4.843/14 (fl. 508), com o seguinte teor:

**DECISÃO Nº 4.843/14 (CPM)**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício nº 2688/2014-GAB/SES/DF, fl. 421, do Ofício nº 2712/2014-GAB/SES/DF, fl. 431, e da documentação que o acompanha, fls. 432/457, e da manifestação da empresa Medicato Produtos para a Saúde Ltda., fls. 401/414; II – considerar, no mérito, procedente a representação da empresa Veton Eletromedicina Eireli – EPP; III – determinar à SES/DF e à Pregoeira responsável, com fulcro no art. 1º, inciso X, e 45 da LC 1/94, c/c o art. 3º, inciso VII, do RI/TCDF, que adotem as medidas necessárias para o exato cumprimento da Lei, revendo a inabilitação da empresa Veton Eletromedicina Eireli – EPP no Pregão Eletrônico nº 10/2014, e comunicando o Tribunal, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as ações promovidas no intuito de dar cumprimento à presente determinação; III – autorizar: a) o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator, desta decisão e da Informação nº 295/14 à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e à Pregoeira responsável pelo certame; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.”*

9. Efetuadas as comunicações devidas, a empresa Medicato Produtos para a Saúde Ltda. ofereceu os Embargos de Declaração de fls. 560/566, argumentando que a Decisão embargada teria sido omissa quanto à validade do *“atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa”* vencedora do certame (a Veton Eletromedicina Eireli – EPP).

É o Relatório.



## VOTO

10. A Decisão embargada (Decisão nº 4.843/14-CPM) baseou-se nos Pareceres da Instrução e do Ministério Público, que analisaram minuciosamente todos os argumentos apresentados, tanto pela empresa VETON Eletromedicina Eireli – EPP quanto pela embargante, Medicato Produtos para a Saúde Ltda.

11. Por pertinente, transcrevo parte do voto proferido na Sessão de 30.9.2014:

*“14. O Corpo Técnico, em fundamentada análise, apresenta as seguintes ponderações:*

*a) Quanto à exigência da autorização de Funcionamento – AFE:*

*“18. No tocante à Autorização de Funcionamento – AFE, a Representante alega que foi dado tratamento diferenciado por parte da Pregoeira da SES quando da aplicação da exigência contida no item 8.2.1, inciso IV, alínea “a” do Edital. **Entendemos procedente o argumento da Representante. Primeiro porque a autorização da Vigilância Sanitária não consta do rol dos documentos listados no art. 30 da Lei 8.666/93. Segundo porque a própria Anvisa afastou a exigência da AFE, alterando assim o conteúdo do edital, fato que ocorreu durante o processamento da licitação, ainda na fase de habilitação, antes, portanto, da homologação do certame.***

*19. Além das duas questões jurídicas acima apontadas, a situação fática demonstra que **foi dada uma importância além do necessário pela Comissão de Licitação acerca desse documento.** Isso porque, apesar de as empresas indicarem estar desatualizadas no cadastro da Anvisa, verificamos que, na prática, tal fato não as impediu de fornecerem seus serviços e produtos à própria SES durante os anos 2013 e 2014, conforme consulta realizada no SISCOEX, fls. 460/476. Tanto a Veton Eletromedicina Eireli – EPP quanto a Medicato Produtos para a Saúde Ltda figuram regularmente como contratadas da Secretaria de Saúde, a qual pagou por serviços por elas prestados paralelamente ao desenrolar do PE 10/2014, inclusive para o fornecimento de OPME.*

*20. Portanto, **seria de se questionar a necessidade de se exigir desses contumazes fornecedores documentação afeta às competências da Anvisa e da Vigilância Sanitária, a ponto de se descartar proposta***



***claramente mais vantajosa para o Erário. Ademais, no presente caso, visualiza-se uma incoerência, vez que a ausência de AFE atualizada impediu a habilitação da empresa no certame, contudo não lhe impediu de fornecer regularmente os produtos demandados pela SES, via contratação direta.***

21. Conforme as normas da Anvisa, a AFE seria pré-requisito para atuar no mercado, e não para participar de licitação.

(...)

25. Não obstante nosso entendimento acerca da impossibilidade de exigir AFE na habilitação, **a própria Anvisa veio a alterar seu regulamento, passando a não mais exigir tal documento.** Nesse ponto merece reparo a indicação da Pregoeira da SES, transcrita no § 9º deste relatório, de que a modificação se deu no art. 5º, IV, da RDC 16/2014, quando, na verdade, na hipótese incidiria o inciso II, in verbis:

Art. 5º Não é exigida AFE dos seguintes estabelecimentos ou empresas:

[...]

II - filiais que exercem exclusivamente atividades administrativas, sem armazenamento, desde que a matriz possua AFE;

26. **Quanto à retroatividade, entendemos equivocada o posicionamento da Pregoeira, pois que a edição da RDC 16/2014 alterou a regra do certame durante o processamento da fase de habilitação, tornando sem efeito a exigência contida no item 8.2.1, inciso IV, alínea “a” do Edital.** Portanto, caberia à SES o poder/dever de rever seus atos, pois que as normas previstas no edital não podem ser aplicadas em descompasso entre os licitantes: essa é a essência do princípio da isonomia. Vejamos a esse respeito o art. 44, § 1º da Lei 8.666/93:

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, **os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.”** (grifei).

b) Quanto à alegação de não comprovação da capacidade técnica da Veton Eletromedicina Eireli – EPP:

“28. [...] no primeiro semestre de 2014, durante o processamento do PE 10/2014, **a Secretaria adquiriu daquela empresa, em diversas oportunidades, mediante**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS



*dispensas de licitação fundadas em ações judiciais, itens constantes do objeto do presente certame, fls. 465/476. Ou seja, a própria SES utilizou-se de dois critérios antagônicos ao avaliar a capacidade operacional da Veton Eletromedicina Eireli – EPP.*

29. O parecer que fundamentou a revisão da habilitação da Veton Eletromedicina Eireli – EPP foi assinado em 1º de abril de 2014, fls. 606/721 do processo de origem (Anexo III), após já terem sido emitidas as NE's n.ºs 680 e 1192, de 11/02/2014 e 10/03/2014, fls. 465/468, em favor daquela empresa para o fornecimento de OPME's demandadas no objeto do PE 10/2014. Importa observar que as citadas notas de empenho destinaram-se à aquisição de bens idênticos aos descritos nos itens 6, 7, 23, 26, 28, 30, 31 e 33 e itens 9, 10, 11, 23, 25, 27, 28 e 30 do PE 10/2014, respectivamente. Ou seja, apenas nessas duas NE's foram adquiridos 14 (quatorze) dos 33 (trinta e três) itens licitados.

30. Ademais, na data de 07/03/2014, quando da diligência feita à Veton Eletromedicina Eireli – EPP, fl. 424, no sentido de que fossem apresentadas outras notas fiscais, a SES já havia emitido a NE n.º 680/2014, tornando desnecessária nova diligência a esse respeito.

31. Assim, **contrariamente ao entendimento da Pregoeira, atos praticados pela própria SES ratificaram, no caso concreto, a capacidade de fornecimento por parte da ora Representante.**

(...)

33. **O atestado fornecido pelo Hospital São Lucas por si só, cuja veracidade foi demonstrada com a apresentação do contrato de consignação correspondente, a nosso sentir, já comprovaria a capacidade da Representante, conforme primeiro entendimento adotado pela Comissão de Licitação. A nota fiscal apresentada, mesmo que posteriormente, veio apenas a confirmar essa constatação.** (grifei).

15. A Unidade Instrutiva arremata a sua análise nos termos seguintes:

*“36. Nesse sentido, entendemos a retirada da Veton Eletromedicina Eireli – EPP do certame se deu de forma irregular, uma vez que lhe assiste a incidência dos efeitos da RDC 16/2014, bem assim porque os documentos originalmente anexados na sua proposta permitiam aferir sua capacidade de fornecer os produtos cotados.”*

16. O **Parquet** especializado, em sucinto Parecer, converge com as conclusões e sugestões da Unidade Técnica.”





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS



12. Dispõe o art. 190 do Regimento Interno:

*“Art. 190. Os embargos de declaração poderão ser formalmente interpostos pelo responsável, seus sucessores, e interessado, ou pelo Ministério Público, dentro de dez dias do conhecimento ou da publicação oficial da decisão ou do acórdão, quando houver **obscuridade, dúvida, contradição ou omissão no pronunciamento do Tribunal.***

*§ 1º Sob pena de rejeição in limine, os embargos indicarão, de modo preciso, o ponto obscuro, duvidoso, contraditório ou omissivo.”*

13. Conforme demonstrado, os embargos oferecidos não preenchem os requisitos do Regimento Interno, pois na decisão atacada não há ponto obscuro, dúvida, contradição ou omissão a esclarecer.

Nessas circunstâncias, VOTO pelo não conhecimento dos Embargos de Declaração oferecidos pela empresa Medicato Produtos para a Saúde Ltda.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2014.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro – Relator**

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).